

UFRRJ

EXTENSÃO



Guandu
Recomposição da mata
ao longo da bacia

CAIC
Formação integral
das crianças

Abelhas
Nova alternativa para a
exploração dos ecossistemas

**Educação
alimentar**
Hábitos alimentares e
atividades físicas para alunos

**Diversidade
biológica**
Herbário investe
em modernização

Papo de roça
Pesquisadores elaboram
Atlas Linguístico Rural

Perigo bem próximo
Conscientização da população
sobre leishmaniose



Aula prática no Instituto de Veterinária

Nosso saber está na natureza.



Capa: abelha nativa
Projeto: Criação ecológica de abelhas sem ferrão - Departamento de Produção Animal do Instituto de Zootecnia

- 5 Editorial**
Complexa rede de relações.
- 6 Um milhão de árvores para o Guandu**
Recomposição da mata ao longo da bacia.
- 8 CAIC Paulo Dacorso Filho**
Formação integral das crianças.
- 11 Abelhas indígenas brasileiras**
Nova alternativa para a exploração dos ecossistemas tropicais.
- 14 Educação alimentar para pais e filhos**
Hábitos alimentares e atividades físicas para alunos.
- 16 Tradição e diversidade biológica**
Herbário da Rural investe em modernização.
- 18 Papo de roça**
Pesquisadores elaboram Atlas Linguístico Rural.
- 20 Perigo bem próximo**
Conscientização da população sobre leishmaniose.
- 22 O desafio de fazer a extensão acontecer**
Artigo da professora Gilmara Rodrigues da Cunha Pereira.

Ricardo Motta Miranda – Reitor

Ana Maria Dantas Soares – Vice-reitora

Pedro Paulo de Oliveira Silva – Decano de Assuntos Administrativos

Eduardo Mendes Callado – Decano de Assuntos Financeiros

Carlos Luiz Massard – Decano de Assuntos Estudantis

Nidia Majerowicz – Decana de Ensino de Graduação

José Cláudio Souza Alves – Decano de Extensão

Áurea Echevarria – Decana de Pesquisa e Pós-Graduação

Aloísio Jorge J. Monteiro – Assessoria de Desenvolvimento Institucional

Teresinha Sena Pacielo – Assessoria de Informação e Comunicação

Maurício Rocha Lucas – Assessoria de Infra-estrutura Institucional

Clarindo Aldo Lopes – Assessoria de Produção Integrada Institucional

José Antônio Pimenta Barros – Chefe de Gabinete

Gilberto Silva Reis – Diretor da Imprensa Universitária

DECANATO DE EXTENSÃO

www.ufrj.br/portal/extensao/ e-mail: dext@ufrj.br

Campus Universitário da UFRRJ - Pavilhão Central - Sala 67

BR 465 Km 7 - Seropédica - RJ - CEP: 23890-000

Telefax: 0xx 21 2682-1113 / Tel.: 0xx 21 2682-1220 Ramal: 479

REVISTA EXTENSÃO

www.ufrj.br/revistaextensao

e-mail: revistaextensao@gmail.com

Diretor: José Cláudio Souza Alves

Coordenação: Nildo Marques e Salete Pena

Editoração e Redação: Daniela de Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação: Nildo Marques

Fotografia e Edição de Imagens: Salete Pena

Revista on line: Nildo Marques

Campanha Publicitária UFRRJ:
Nildo Marques e Salete Pena

Produção Gráfica: Decanato de Extensão

Impressão: Imprensa Universitária - UFRRJ

A Revista Extensão é uma publicação bimestral do Decanato de Extensão da UFRRJ. As idéias dos entrevistados e os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da revista. É proibida a reprodução total ou parcial de textos, fotos ou ilustrações, por qualquer meio, sem autorização. Editada e distribuída pela UFRRJ.

Distribuição interna: Reitoria, Pró-Reitorias, Departamentos, Institutos Multidisciplinares, Grupos Organizados e estudantes.
Distribuição externa: Campus UFRRJ - Três Rios, Pró-Reitorias de Extensão das universidades públicas, Secretaria Estadual de Educação, Prefeituras, Secretarias Municipais de Educação e Escolas da Rede Pública dos municípios vizinhos.

Tiragem: 2.000 exemplares
Número 04 - Ano 2



Um rio, um inseto, uma escola, comida, uma doença, palavras e plantas. Olhando assim, estas palavras parecem sem nexos, ou com uma causalidade imediata, por exemplo: - No rio contaminado desenvolve-se um inseto que infecta crianças de uma escola através da merenda, provocando uma doença conhecida por diferentes nomes ou palavras, que pode ser combatida usando determinadas plantas.

Na verdade há uma relação entre estas palavras. Mas não a sugerida acima. Nesta relação, há uma complexidade, há mediações de diferentes fatores.

O rio é o Guandu, que precisa ter suas margens reflorestadas se quiser sobreviver e abastecer de água a maioria da população da Região Metropolitana. O inseto é a abelha sem ferrão, espécie nativa que precisa ser preservada e introduzida no sistema familiar de produção. A escola é o Caic Paulo Dacorso Filho, que preocupa-se com a formação integral das crianças, na qual projetos de extensão, como os que tratam da alimentação adequada para crianças obesas e abaixo do peso insere-se enquanto prática educacional. A doença é a leishmaniose que está associada à água contaminada pelo seu mosquito transmissor. As palavras são os termos utilizados pelos moradores do campo ao se referirem a partes anatômicas dos animais que criam e que formam um dicionário que auxilia toda aquele que lida com a criação e cura destes animais. As plantas compõem o herbário do Instituto de Biologia e que preserva um importante acervo de espécies para estudo e preservação. Diz respeito diretamente à manutenção da nossa biodiversidade.

Pensar agora aquelas palavras nos leva a um exercício muito maior. De fato, são inúmeras e múltiplas as conexões entre elas. Água limpa do Guandu e água contaminada da leishmaniose. Biodiversidade e obesidade. Abelhas, mel e alimentação adequada. Dicionário e palavras ensinadas na escola.

A extensão é isto. Complexa rede de relações que invertem e subvertem as formas tradicionais de pensar e aprender.

José Cláudio Souza Alves
Decano de Extensão

Um milhão de árvores para o Guandu

Com objetivo de restaurar as condições ambientais que favoreçam a qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, pesquisadores incentivam o plantio de mudas e promovem a capacitação de Professores Multiplicadores de Educação

Considerado como principal manancial do Estado do Rio de Janeiro, responsável pelo abastecimento de 9,5 milhões de habitantes, o Rio Guandu vem sofrendo, ao longo de décadas, as consequências do desmatamento, do assoreamento e da contaminação de suas águas por esgoto doméstico, resíduos industriais e lixo.

Para tentar reverter a situação, o Projeto de Restauração Florestal na Bacia do Rio Guandu tem como meta a recomposição da mata ciliar ao longo da bacia hidrográfica. A intenção é chegar a um milhão de novas árvores até o final de 2009. Além do replantio, o projeto busca envolver a população residente na região do entorno do Guandu, por meio da capacitação de Professores Multiplicadores de Educação Ambiental. O objetivo é que estes docentes, por meio da multiplicação, possam motivar seus colegas a desenvolver, nas escolas, ações construtivas de educação ambiental.

Iniciado pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro e pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), na gestão do ex-secretário e atual ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o projeto está em sua primeira fase. Chamada de Replanta I, a etapa vem sendo desenvolvida em cinco municípios: Rio Claro, onde é a origem do rio, Paracambi, Japeri, Queimados e Seropédica. O plantio das mudas começou há um ano e meio, e o projeto já chegou a 400 mil árvores.

O resultado é considerado um sucesso por Carlos Domingos da Silva, professor do Departamento de Ciências Ambientais do Instituto de Florestas da UFRRJ e coordenador da área de Educação Ambiental do projeto. "Nós conseguimos tudo isso com manutenção, e todo cuidado.



Visita técnica a fazendinha agroecológica

Essas 400 mil árvores estão lá, "vi-vas", conta o coordenador, ressaltando que a perda das mudas no campo é mínima.

O projeto, explica Domingos, inclui a restauração da mata ciliar que existia antes principalmente das explorações agrícolas e pecuárias ocorridas na Baixada Fluminense e na região Sul Fluminense. Com essas atividades, a margem do Guandu foi completamente devastada, especialmente com as criações de gado em Piraí, Barra do Piraí e Rio Claro. Nos municípios de Paracambi, Japeri e Seropédica, a devastação foi provocada por um misto de agricultura e pecuária. O rio ainda sofreu, ao longo dos anos, as consequências da falta de saneamento adequado na região de seu entorno,

do recebimento de resíduos industriais e até mesmo da ausência de coleta de lixo urbano, o que propicia a criação de lixões próximos às margens.

Segundo Domingos, a previsão é de que, no mês de setembro, tenha início a segunda fase do projeto (Replanta II), que englobará outros quatro municípios do Rio de Janeiro: Barra do Piraí, Piraí, Paulo de Frontin e Miguel Pereira. As atividades são financiadas pela Petrobras, pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e pela Vale do Rio Doce, que doou as mudas utilizadas no replantio. Além da coordenação da parte de Educação Ambiental, a UFRRJ apoia o projeto com a infraestrutura, com a coordenação de Extensão Florestal e com a realização de cur-



Formação de multiplicadores de educação ambiental em visita à fazendinha

Formação de Viveiros, Mudanças e Sementes.

A coordenação do projeto é composta, além de Domingos, pelos professores da UFRRJ Tiago Breier (coordenador geral) e Paulo Sergio Lelis, da parte de Extensão Florestal e Silvicultura. Também fizeram parte da equipe os pesquisadores Alexander Silva de Resende, da Embrapa Agrobiologia, e Paulo Francisco Dias (in memoriam), da Pesagro-RJ, na coordenação de Agrofloresta. O grupo contou ainda com Martin Freire, membro da Câmara técnica do Comitê Guandu e professor da Universidade Estácio de Sá, responsável pela coordenação de Educação Ambiental, e com Friedrich Helms, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e gerente geral do Programa Replanta Guandu. Atualmente, o comitê é presidido pelo professor da UFRRJ Decio Stubbs Filho, e o novo gerente geral do Replanta Guandu é o engenheiro florestal do IEF Eduardo Lacerda Pureza.

Para o plantio das mudas, o programa contratou mão de obra temporária, por meio de cooperativa, e ainda utilizou o trabalho de apena-

dos em regime semiaberto e aberto de penas. Também contou, no município de Seropédica, com soldados do Exército. O trabalho de plantio teve a supervisão de cinco engenheiros florestais residentes, um em cada município, e apoio de estagiários de Extensão Florestal.

Educação Ambiental

A capacitação dos professores, realizada no ano passado, incluiu atividades como dinâmicas de grupo, oficinas, dias de campo e visitas técnicas, nas quais eram abordados os temas ambientais. Para isso, o projeto contou com a atuação dos estagiários Carlos Fernando, Cíntia Nunes, Daiane, Merynei Santos, Cléssio Gomes e Nívea Maria. Os Professores Multiplicadores foram incentivados a estimular a participação cidadã, ressaltando na comunidade a importância da conservação dos recursos hídricos e da busca e adoção de práticas que contribuam para a preservação ambiental.

A maior dificuldade apontada por Domingos para o desenvolvimento das ações de educação ambiental no projeto tem sido o relacionamento com as prefeituras, que, segundo ele, tiveram muita dificuldade em as-

similar os objetivos do programa. Com relação à capacitação dos multiplicadores, a proposta inicial foi que cada município liberasse dois professores por escola para um curso de 40 horas, oferecido sem custo para as prefeituras. “Os municípios argumentaram problemas de calendário, e que não havia tempo hábil, mas esse aspecto foi superado. Houve um certo descompasso entre as secretarias de Educação e as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente de alguns municípios, faltou envolvimento”, observou Domingos. Mesmo assim, ele avalia que o curso atingiu seus objetivos. Em Seropédica, por exemplo, 51 docentes foram capacitados, o maior número entre os cinco municípios, que no total capacitaram 172 professores.

A replicação das ações de educação ambiental teve início no último mês de março. A ideia é que os professores capacitados possam sensibilizar as crianças de cada município, para que elas estejam envolvidas no plantio das árvores e na conservação do meio ambiente, explica Domingos. “O que o projeto busca é a conscientização dessa população no que diz respeito à água. Muitas professoras declararam que o curso serviu para que elas refletissem sobre o uso de água. Um exemplo é o de jogar óleo na pia, que é uma prática comum, mas nociva ao meio ambiente. Saber disso serve para que essas pessoas se conscientizem e passem essa informação para frente”, diz o coordenador.

O projeto também proporcionou a integração dos cinco municípios da Baixada. “Isso é muito bom porque, mesmo passando por problemas, vemos a união dos municípios em prol de um bem comum, que neste caso foi a restauração da bacia hidrográfica do rio Guandu. Na formação dos professores capacitados tivemos um verdadeiro conglomeramento, foi uma conquista. Contamos com a presença do magnífico reitor, Ricardo Miranda, da secretária de Estado do Ambiente, Marilena Ramos, além de representantes do IEF, das Secretarias Municipais de Educação e do Batalhão Depósitos de Munições, do Exército Brasileiro, situado no município de Seropédica”, conclui Domingos. 

CAIC Paulo Dacorso Filho

Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Paulo Dacorso Filho no contexto da comunidade universitária e do município de Seropédica



Atividade ao ar livre

A implantação de uma unidade escolar que atenda o nível da educação infantil e do ensino fundamental em tempo integral, vinculada a uma instituição federal de ensino superior, é um fato que merece atenção por seu caráter histórico e por suas características específicas.

No caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a implantação do CAIC Paulo Dacorso Filho deu-se por iniciativa do reitor em exercício no ano de 1992, Hugo Edson Barbosa de Rezende, que assim se expressou no ofício 174/GR, de 24 de maio de 1991, encaminhado ao então Secretário Nacional de Educação Superior, Paulo Roberto Moglia Thompson Flores:

“Cientes do papel social que as instituições públicas devem desempenhar junto às suas comunidades e agindo em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do poder central, a Universidade Federal vem envidando esforços no sentido de viabilizar melhores condições à população de Vila Seropédica, 2º Distrito de Itaguaí. Neste sentido, vimos solicitar de V.Sa, para interceder,

junto aos órgãos competentes, a fim de implantar uma Unidade-Piloto nesta região.”

Neste documento foram apontadas as forças sociais e políticas que

se reuniram em prol da implantação e dinamização da Unidade-Piloto (isto é, de um CIAC - Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente, posteriormente denominado CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), tais como: Prefeitura Municipal de Itaguaí, à época; Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Pesagro - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro; e os cursos de Licenciatura da UFRRJ com ênfase nas ações do curso de Economia Doméstica pertencente ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

O conjunto de atividades previsto para ser desenvolvido no CIAC, também relatado no mesmo ofício, sugeria que fosse de natureza fundamentalmente pedagógica, pois incluía “planejamento, direção, supervisão, assistência à criança, integração social e coordenação de serviços auxiliares”, além de “lecionação prática de disciplinas afins do curso de Economia Doméstica (...),



Projeto-espço Cheiro Verde



Espaço Cheiro Verde

para o desenvolvimento e aplicação de novas técnicas”.

Mediante cessão em comodato de área do campus universitário da UFRRJ, datada de 10 de abril de 1992, o prédio foi especialmente arquitetado em estrutura pré-moldada para o processo de escolarização e atendimento de crianças na educação infantil e no ensino fundamental.

O ofício nº 13/GR, de 25 de janeiro de 1993, reivindicava, naquele momento, a integração do CIAC com a Universidade Rural: *“pois não concordando com o funcionamento do CIAC como um quisto dentro da Universidade Rural, a Reitoria procurou, então, a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, objetivando o seu funcionamento dentro do plano de operacionalização do Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC, com a certeza de, assim procedendo, estar defendendo os interesses maiores da educação.”*

Em decorrência de todo esse processo, o convênio celebrado com o Ministério da Educação foi apreciado pelo Conselho Universitário, que o aprovou por meio das Deliberações nº 02, de 28 de janeiro de 1993, e nº 04, de 16 de fevereiro de 1993.

Enfim, o prédio foi edificado e inaugurado em 14 de março de

1993, ocupando parte dos 15.000 m² a ele destinados e com 5.590 m² de área construída.

Na primeira minuta de convênio, proposto pela Universidade Rural, em sua cláusula segunda, lê-se: *“A unidade de serviços de que trata este termo, sem prejuízo de demais atividades que se enquadrem nos objetivos do presente, se comporá em especial de: I - Creche; II - Colégio Agrícola de 1º Grau; III - Centro Permanente de Reciclagem de Professores de 1º e 2º Graus; IV - Colégio de Aplicação; V - Escola Oficina para treinamento de mão-de-obra especializada mediante intercâmbio e cooperação com o Senai.”*

No ano de 1994, após longas e exaustivas negociações, foram assinados os convênios com a Secretaria de Estado de Educação (em 30 de março de 1994) e a Prefeitura Municipal de Itaguaí (em 11 de outubro de 1994), embora as atividades letivas tivessem início, em tempo integral, no dia 14 de maio de 1994. Estes convênios foram firmados com a finalidade de implementar os subprogramas de Educação Infantil; Primeira Fase do Ensino Fundamental; Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente; e Proteção Especial à Criança e à Família. Firmaram-se ainda outros convênios para implementar os demais sub-programas: com a Biblioteca Nacional, para o subprograma de Cultura; com o Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, para o subprograma de Educação para o Trabalho. Além disso, discutiu-se com o Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial uma proposta de ampliação do atendimento às famílias no subprograma de Educação para o Trabalho, a qual não se consolidou.

Na ocasião, houve entendimento, por parte da Universidade, de que o ingresso das crianças aconteceria por meio de sorteio público, e optou-se por atender as crianças, desde o início, em tempo integral.

Desta forma a Universidade assumiu a gestão do CAIC, designando a Direção Geral e disponibilizando assessorias para os diferentes subprogramas. Criou-se no orçamento da Universidade uma rubrica própria para o Programa de Ensino

fundamental, através do qual seriam repassados recursos, pelo MEC, para a sustentação e manutenção das atividades administrativas e preservação do patrimônio físico. A Secretaria de Estado de Educação assumiu a responsabilidade de enviar recursos humanos, entre professores e servidores de apoio, merenda e material escolar. A Prefeitura Municipal de Itaguaí se responsabilizou pelos programas de Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente e de Proteção Especial à Criança e à Família, disponibilizando recursos humanos e material de consumo para o atendimento à comunidade escolar.

Em 1997, o convênio firmado com o município de Itaguaí foi interrompido, em decorrência da emancipação política do distrito de Seropédica. Os gestores do novo município não concordaram em participar da gestão do CAIC. Diante disso, a universidade e a Secretaria de Estado de Educação passaram a administrar o programa sem a participação do município. Os subprogramas de responsabilidade municipal foram transferidos para a Secretaria de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, que passou, então, a atuar também no CAIC.

No entanto, tendo expirado em dezembro de 1999 o convênio firmado entre a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e a UFRRJ, o então Governador do Estado, Anthony Garotinho, assinou o Decreto nº 27.206, de 2 de janeiro de 2000 (retroativo a 30 de março de 1994), criando uma Unidade Escolar Estadual dentro do CAIC Paulo Dacorso Filho, à revelia dos Conselhos Superiores da UFRRJ. Naquela ocasião, este fato não foi questionado pela administração superior da Universidade.

Entretanto, no ano de 2005, a partir de uma nova configuração administrativa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e face ao questionamento desta administração, o Governo Estadual transferiu para o município de Seropédica a responsabilidade da Unidade Escolar. Este ato consta do termo aditivo ao Convênio ASJU/SEE de 5 de setembro de 2002, datado de 20 de dezembro de 2005, publicado no ▶



Atividade no Ginásio de Esportes da UFRRJ

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 6 de janeiro de 2006.

Em decorrência das dificuldades para se implantar uma gestão que contasse com (e dependesse da) articulação das ações de duas (ou mais) instâncias administrativas, optou-se por propor à administração superior da Universidade que reivindicasse, junto ao Ministério da Educação, a gestão integral do CAIC.

Assim, em 22 de maio de 2006, foi entregue à Reitoria da UFRRJ, pela Direção, uma proposta de federalização do CAIC Paulo Dacorso Filho, iniciativa reforçada pelos pais dos alunos, que organizaram um abaixo-assinado com mil assinaturas, também apresentado à Reitoria. Entendia-se que, desta forma, o CAIC passaria a ter seu próprio quadro de pessoal, o que concorreria para a construção de uma proposta educacional condizente com o modelo das escolas de aplicação vinculadas às universidades.

Felizmente diante das complexas articulações entre jurisdições administrativas distintas e considerando a responsabilidade com aproximadamente 450 crianças matriculadas em tempo integral, na faixa etária de 4 a 13 anos, a UFRRJ, a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Seropédica chegaram a um acordo e, em 14 de maio de 2007, assinaram um Protocolo de Intenções en-

tre as três instâncias, o que resgatou a gestão tripartite do CAIC Paulo Dacorso Filho por cinco anos.

Assim, a parceria com o município de Seropédica, propiciou: a expansão para o segundo segmento do Ensino Fundamental, que hoje funciona no horário de 7h às 12h40 com quatro turmas, sendo duas de 6º ano de escolaridade e duas de 7º ano de escolaridade; a implantação da Educação de Jovens e Adultos, que atende a servidores da Universidade e à comunidade em geral, e que teve início, por meio de uma iniciativa do Decanato de Assuntos Administrativos e da Direção do CAIC Paulo Dacorso Filho, no ano de 2007 (Projeto Caminhar). Hoje a EJA/Projeto Caminhar conta com 62 alunos matriculados e está inserida no Programa de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Município de Seropédica.

Por outro lado, além das atividades de ensino, o desenvolvimento de projetos de Pesquisa e Extensão é uma realidade na comunidade escolar do CAIC. Desde o ano de 2006 tem sido discutida, com o apoio da Vice Reitoria e em parceria com o Departamento de Economia Doméstica, a criação do Laboratório de Desenvolvimento Humano (creche), que servirá às atividades de Ensino e Pesquisa dos Cursos de Economia Doméstica e Pedagogia da UFRRJ.

A intenção é que, até agosto de 2009, o espaço esteja em pleno funcionamento, atendendo, exclusivamente, a filhos de servidores e alunos da Universidade.

Outros projetos já consolidados na proposta pedagógica do CAIC são: Avaliação de Temas de Educação Sanitária em Classes de Alfabetização, com apoio da Faperj e do Decanato de Extensão da UFRRJ (2007 a 2009); Avaliação Nutricional e Atividade Física na Pré-Escola e Ensino Fundamental: autonomia para escolhas saudáveis (2007 a 2009), que desenvolve subprojetos para atender às necessidades especiais das crianças, voltados para a atividade física e horta domiciliar; Atividades Lúdicas como Facilitadoras no Processo de Ensino - Aprendizagem (2005 a 2008); Da Semente à Mesa (2005 a 2008).

Além destes, estão presentes no contexto pedagógico do CAIC projetos de interesse da comunidade, como: Sala Verde (convênio com o Ministério do Meio Ambiente, sob a responsabilidade da professora Ana Maria Dantas); Pré-Vestibular Comunitário (sob a responsabilidade do Decanato de Extensão); serviço de Odontologia para a comunidade universitária (sob a responsabilidade do Posto Médico da UFRRJ).

Desse modo, constata-se que o CAIC é uma instituição que se inseriu naturalmente no âmbito da comunidade universitária e de Seropédica, o que também se evidencia pelo fato de que, ao longo deste tempo, vários eventos de formação, lazer e solenidades foram e ainda são desenvolvidos na instituição, justificando plenamente a sua existência. 

1 - Após a mudança de governo, em consequência do impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Mello, o programa foi reestruturado, e a unidade escolar passou a denominar-se Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAIC.

Texto: Marília Massard da Fonseca - Ex-diretora Geral do CAIC e professora do Colégio Técnico da UFRRJ, Suemy Yukizaki - Diretora substituta do CAIC e professora do DTPE/IE e Carmen Oliveira Frade - Diretora Geral do CAIC e professora do DED/ICHS.



Salvem as abelhas indígenas brasileiras

Projeto incentiva a produção de espécies de abelhas nativas do país, que além de serem fáceis de criar, por não ter ferrão, permitem uma nova alternativa para a exploração dos ecossistemas tropicais, destacando a Mata Atlântica

Iniciativas ligadas ao desenvolvimento sustentável estão cada vez mais na ordem do dia. Na região da Costa Verde do Rio de Janeiro, um projeto desenvolvido pela UFRRJ vem ao encontro dessa demanda ecológica: promove a criação de abelhas nativas, com o objetivo de fornecer uma renda extra aos moradores da região e preservar essas espécies.

Diferentemente da apicultura, que é a criação da abelha com ferrão, o projeto coordenado pela entomologista Maria Cristina Lorenzon, do Departamento de Produção Animal do Instituto de Zootecnia, envolve a produção de insetos desprovidos de ferrão (melíponas), em um cultivo chamado meliponicultura. A abelha com ferrão (*Apis mellifera*) a mais conhecida pela população é uma espécie exótica, que chegou ao Brasil por meio dos colonizadores europeus, a partir do século XVIII, e seu cultivo (apicultura) se difundiu rapidamente. Segundo a pesquisadora, os colonizadores traziam os animais que criavam em suas regiões, que foram rapidamente aceitos por nossa sociedade, em detrimento da cultura indígena. Somente os índios, explica Maria Cristina, conheciam as espécies sem ferrão. “Eles tinham uma técnica rudimentar, tipo cultivo extrativista. A partir desse cultivo é que se começou a estudar e, assim, foi possível aprimorar os conhecimentos sobre as abelhas brasileiras”, relatou a entomologista.

Desde o século XIX, a apicultura representa a maior criação no Brasil, apesar de exigir áreas isoladas, relativamente distantes de residências e criações, por exemplo. Já as abelhas melíponas devem ser criadas em sítios pequenos ou mesmo no quintal de casa. Apesar disso, essas



Aula prática sobre abelhas aos Brigadistas Mirins da Ilha Grande - RJ

abelhas brasileiras chamam pouca atenção e, desde a década de 80, vêm desaparecendo, principalmente devido à devastação da vegetação nativa.

As ações educativas desenvolvidas pelo Instituto de Zootecnia da UFRRJ tiveram início há cinco anos, quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA), juntamente com algumas instituições universitárias, decidiu incentivar pesquisas em prol da proteção e criação das abelhas melíponas, como forma de evitar sua extinção. O objetivo é ensinar como é possível criar as abelhas brasileiras e obter retorno por meio da conservação dessas espécies, e não apenas por meio da produção de mel. “O criador precisa ter uma visão mais ampla, de que, ao contrário da *Apis mellifera*, é possível obter êxito voltando a criação para a ecologia”, considera Maria Cristina. Um dos fatores que dificultam a

produção comercial dessas abelhas é que, por serem animais silvestres, os produtores precisam obter licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que implica em algumas restrições.

Ilha Grande

O projeto “Criação ecológica das abelhas sem ferrão” acontece na localidade conhecida como Costa Verde, região litorânea do Rio de Janeiro, próxima à UFRRJ. A área representa uma das maiores reservas de Mata Atlântica do estado, cuja vegetação é um dos ecossistemas preferidos pelas abelhas nativas. “O grupo de abelhas sem ferrão é formado por cerca de 300 e 400 espécies no Brasil, e a Mata Atlântica do estado do Rio deve abrigar em torno de 40 espécies”, conta a entomologista. Uma das



Criadores de abelhas Jataís expõem seus produtos em Abraão, Ilha Grande - RJ

atribuições do grupo envolvido no projeto foi determinar, dentre essas 40 espécies, as espécies “bandeira” aquelas mais apropriadas ao uso comercial e que, por chamarem maior atenção dos criadores, fazem com que estes passem a proteger espécies similares, as quais comumente não podem ser criadas. Durante o trabalho, realizado com o apoio do Parque Estadual de Ilha Grande (Peig), a equipe observou que a região concentrava muitos ninhos de abelhas sem ferrão convivendo com a comunidade. Boa parte desses ninhos estava sendo exterminada pela comunidade, por falta de conhecimento tanto de seu valor como da ausência de risco. “Encontramos no entorno do Parque de Ilha Grande cerca de 100 ninhos na comunidade. Muitos eram dizimados com querosene, fogo, asfixiados ou envenenados, atitude inaceitável para espécies de abelha absolutamente mansas, sem defesa por não terem ferrão e que não causam mal algum”, conta Maria Cristina. O grupo conseguiu permissão do Parque para desenvolver a criação da espécie de abelha conhecida pelo nome popular de jataí ou abelha mosquito, por causa de seu tamanho, de apenas 2 milímetros. “É uma abelha fácil de criar, sem riscos, com um mel muito saboroso e a tecnologia para sua produção é muito conhecida. É uma abelha valente, vivaz, delicada e bonita”, observa a pesquisadora.

Atualmente, existem cinco produtores de abelha jataí em Ilha

Grande, número considerado satisfatório pela coordenadora do projeto, ao considerar que esta criação é emergente em todo estado do Rio, onde existem cerca de 50 produtores. Os criadores de Ilha Grande também atuam como monitores, capacitando outros produtores, atendendo a chamados da população e recebendo turistas, entre outras atividades. Novos candidatos a produtores são avaliados pelo grupo da UFRRJ e pelo Peig, e os aprovados recebem um certificado de criador ou de monitor.

A produção de mel na região ainda é pequena, em termos de mercado. Cada colônia de abelhas jataí tem cerca de três mil indivíduos, que podem produzir até meio litro de mel por ano. O valor do produto chega a R\$ 8, R\$ 10 por 50 ml. “Prejuízo não dá. Além do mel, o produtor ainda tem retorno com o turismo, com a polinização e ainda pode vender o enxame para suprir outros criadores. E o trabalho é mínimo”, assegura Maria Cristina.

Além da Ilha Grande, o projeto vem se estabelecendo nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba (Itacuruçá) e Itaguaí. Nessas localidades podem ser criadas outras espécies de abelhas “bandeira”, além da jataí, tais como mandaçaia, uruçú, mirins e irai. O incentivo à produção chegou também a acontecer na cidade de Paraty, em parceria com a comunidade caiçara. Mas uma mudança de liderança da comunidade fez com que os trabalhos fossem descontinuados na re-

gião. “Até buscamos apoio dos quilombolas, porque a região de Paraty tem uma Mata Atlântica considerável, mas eles não se interessaram”, lamenta Maria Cristina. Ela ressalta que, como a criação de abelhas sem ferrão ainda é pouco conhecida, as ações ligadas a esta atividade normalmente não dispõem de muitos recursos. Além disso, explica a pesquisadora, a Costa Verde é uma região voltada predominantemente ao turismo o que faz com que atividades incipientes precisem ser muito rentáveis para despertar interesse.

A intenção agora é expandir o projeto e tentar o apoio da Petrobras para Santa Maria Madalena, localizada na região Serrana do RJ. O município possui grande área de reserva ecológica, mas tem sofrido com ações predatórias. E a criação das abelhas sem ferrão, além das vantagens comerciais, introduz a filosofia ecológica em direção à preservação da Mata Atlântica, já que essas espécies polinizam a flora tropical. “Com a proteção dessas abelhas, preserva-se toda a cadeia da Mata Atlântica. Sem elas não teríamos, por exemplo, frutos e sementes que alimentam pássaros e mamíferos da região”, ressalta Maria Cristina. No entanto, essa importância ainda não é reconhecida no país. “A população teme e dizima as abelhas. Muitos não sabem que grande parte de nosso alimento vem do trabalho de visitação desses insetos nas flores. É o grupo de espécies de abelhas, com sua diversidade, que permite a sobrevivência da flora e fauna tropicais”, destaca. Além disso, a classe de criadores de abelhas costuma ter uma visão ecológica, de proteção ambiental, mais do que qualquer outra criação de animais domésticos, o que justifica a denominação de criação de uso sustentável. “O pessoal que mexe com abelha é protetor, toma conta de tudo. Eles captam essa mensagem ecológica melhor que qualquer outro agente. Estão sempre cuidando das mudas, das árvores, da água, coletando sementes, lixo e, com isso, protegem toda a cadeia ecológica. São fiscais espontâneos, fiéis aprendizes das abelhas”, conclui a pesquisadora. 



Canudo de cera, utilizado como ponto de entrada das abelhas que trabalham no campo e para manter as abelhas que guardam a colmeia (ficam por fora).



Educação alimentar para pais e filhos

Projeto desenvolvido no CAIC Paulo Dacorso Filho alia intervenção nos hábitos alimentares e atividade física para alunos que apresentaram problemas na avaliação nutricional, com envolvimento dos familiares em favor de mudanças

Melhorar a condição nutricional de alunos da pré-escola e do ensino fundamental, por meio de atividades educativas envolvendo pais, filhos, professores e funcionários. Este é um dos objetivos do projeto “Educação e Avaliação Nutricional na Pré-Escola e Ensino Fundamental: Autonomia Para Escolhas Saudáveis”, desenvolvido no Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente (CAIC) Paulo Dacorso Filho, localizado no campus da UFRRJ, em Seropédica.

O projeto, que tem apoio do Programa de Bolsas Institucionais do Decanato de Extensão da universidade, teve início em 2007, a partir de um diagnóstico inicial com os 420 alunos da instituição, de acordo com seus hábitos alimentares na escola. A investigação detectou problemas no consumo de alimentos saudáveis. “Percebemos que a transição nutricional, tão falada hoje em dia, estava acontecendo no CAIC numa proporção crescente. Decidimos trabalhar justamente esse ponto”, explicou a professora da área de Alimentos e Nutrição Vânia Madeira Nunes Policarpo, coordenadora do projeto.

De acordo com os diagnósticos iniciais e com a primeira avaliação nutricional das crianças, observou-se que 82,4% dos indivíduos eram eutróficos (com peso adequado), 8,8% tinham baixo peso e 8,8% tinham sobrepeso. Com base nesses resultados é que se desenvolveu o projeto de educação nutricional, focado não só nos alunos da educação infantil e fundamental com problemas nutricionais, mas também seus familiares. Isso porque, observa Vânia Madeira, a educação para mudança de hábitos, principalmente na questão alimentar, está ligada a um trabalho conjunto. “Não basta só trabalhar a criança no ambiente escolar. A família precisa estar ativa-



Degustando e conhecendo alimentos típicos de cada região do Brasil

mente participativa nesse processo”, salienta.

Desde então, os alunos do CAIC passam por avaliações nutricionais, realizadas a cada quatro meses, nas quais são pesados e medidos para um acompanhamento de seu estado nutricional. E, junto com seus pais e responsáveis, as crianças com problemas passam por uma orientação nutricional mais específica para sua situação.

A intervenção já mostrou resultados nas crianças com baixo peso. Segundo avaliação realizada em novembro do ano passado, o percentual de indivíduos nessa situação caiu de 8,8% para 2,17%, índice abaixo da média da Região Sudeste, que é de 5,3%. No caso dos alunos com sobrepeso, o percentual observado em novembro de 2008 teve um aumento (de 8,8% para 15,43%), mas que é justificado pela entrada de novos alunos, com o acréscimo de turmas do 2º segmento do ensino fundamental.

Atividades físicas

Atualmente, além da avaliação nutricional e do trabalho de educação alimentar, realizado diariamente em todas as turmas do CAIC, o projeto inclui atividades físicas, introduzidas no ano passado. “Entendemos que é da maior importância a educação alimentar estar ligada à prática de atividade física. Não adianta, com crianças que já têm sobrepeso e obesidade, mudar somente a dieta”, diz Vânia Madeira.

Desde o início da coleta de informações, os questionários apontavam uma baixa prática de atividade física no ambiente doméstico, o que ficou constatado nas visitas feitas às casas dos alunos. A coordenadora ressalta que o espaço residencial dessas crianças é, em geral, muito reduzido, especialmente por conta das condições econômicas das famílias. “Vimos casos com apenas um quarto e cozinha, e um quintal cheio de mato, material de cons-



Atividade física no parque aquático da UFRRJ

trução. Isso faz com que as crianças não tenham onde brincar, e acabam ficando em frente à televisão”, disse.

A equipe que atua no projeto é composta, em sua maioria, por estagiários do curso de Educação Física e Economia Doméstica da UFRRJ, coordenados por Vânia Madeira e por Fabrizio Di Masi, professor do Departamento de Educação Física da UFRRJ. As atividades são adequadas à faixa etária e às condições das crianças em situação de risco nutricional, quer estejam elas com sobrepeso ou baixo peso. A atuação perpassa pela elaboração do cardápio e atua até no refeitório da escola onde são desenvolvidas atividades temáticas de incentivo ao consumo saudável, com a participação da economista doméstica Nidia A. de Barros.

Apesar do sucesso do projeto, que conta com apoio e incentivo da direção do CAIC, nem sempre a abordagem com os alunos e familiares é fácil, observa a coordenadora. A questão da disciplina é um complicador, devido à grande dificuldade, tanto das crianças como dos pais, em cumprir recomendações, especialmente as alimentares, isso é compreensível, mudanças de hábitos não acontecem repentinamente. Outro problema é que muitas vezes o responsável quer que a equipe atenda outras pessoas da família, o que não é viável em face às condições estruturais do projeto. “Eles não entendem isso, querem trazer o primo, o irmão. Sabemos que isso faz parte do vínculo familiar, mas infelizmente não é praticável, está fora do nosso planejamento estrutural”, lamenta Vânia.

Colônia de férias

O projeto de educação e avaliação nutricional desenvolvido no CAIC não se restringe apenas ao ano letivo. Nos meses de janeiro e fevereiro desse ano realizou-se uma colônia de férias, na praça de Desportos do Departamento de Educação Física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, utilizando o ginásio e o parque aquático, entre outros espaços. “Essa atividade recreativa não estava inicialmente prevista no projeto, mas foi uma necessidade que nós detectamos”, explica Vânia.

A surpresa maior veio por parte das crianças, conta a coordenadora. Os alunos do CAIC receberam, no início da colônia de férias, uma programação, com datas das atividades, horários do transporte, bem como informações sobre a conduta disciplinar. E, de acordo com Vânia Madeira, todas as recomendações foram prontamente atendidas pelos 25 alunos que participaram das atividades. “Foi uma boa surpresa porque as pessoas normalmente não têm o costume de ler o que recebem, nem de se ater ao que é pedido. Por isso, nossa conclusão, é que essa disciplina veio do interesse em estar ali, em janeiro e fevereiro, participando das práticas como opção de recreação, o que acabou por envolver os pais e responsáveis dos alunos”, avalia.

Além dos estagiários de educação física, da equipe da Nutrição e de funcionários do CAIC, que ajudaram a monitorar a colônia de férias, foram agregados dois estagiários do curso de Ciências Agrícolas. Enquanto as crianças praticavam as atividades físicas, os pais e responsáveis participavam de eventos ligados à educação alimentar, incluindo a construção de hortas caseiras ou jardins, assessorados pelos estudantes de Ciências Agrícolas. “Foi um trabalho voltado para a união do grupo, no sentido de agregar esses pais e responsáveis e envolvê-los no objetivo comum pela melhoria das condições de vida das crianças”, aponta Vânia.

Essa dinâmica, segundo a coordenadora, resultou na formação de um grupo coeso e participativo, de

25 responsáveis com maior frequência para as chamadas às palestras e trabalhos práticos. Ela espera que a interação com esses responsáveis seja duradoura. “O trabalho para melhoria de hábitos não é fácil. Precisa ser muito consistente, sério, e daí a importância de trabalhar com um grupo específico por um certo tempo”, avalia. O objetivo é intervir nesse grupo durante todo o ano de 2009. E a ideia é incentivar a construção de hortas não apenas para o consumo, mas também para propiciar o contato das crianças com o meio ambiente, despertando os aspectos sensoriais e ambientais. “Queremos que, através desse contato, as crianças tenham o desejo de consumir esses alimentos e, ao mesmo tempo, tenham a vontade de cuidar dessas plantas. Assim, tiramos essas crianças da mesmice do dia-a-dia, da frente da televisão e vídeo game. É outra opção para a garotada”, conclui.

Vânia Madeira ressalta a importância da atividade de educação nutricional em relação ao quadro que se constata hoje em todo o mundo, de epidemia da obesidade. No Brasil, essa situação ainda coexiste com a desnutrição, o que resulta numa “miscelânea de problemas nutricionais”, resume a coordenadora. “É muito importante que uma escola de tempo integral possa tratar desse assunto. Afinal, as crianças estão presentes todos os dias, aproveitando essa variedade de trabalhos em busca da educação formadora de hábitos e atitudes saudáveis”, avalia.

Outro aspecto destacado por Vânia Madeira é a relevância do projeto em termos sociais, no sentido da prevenção de doenças. “Hoje, dentro da Baixada Fluminense, é difícil encontrar um trabalho nessa área monitorado por profissionais capacitados. Nossa perspectiva é servir de exemplo para o desenvolvimento de outros projetos em Seropédica e adjacências. As crianças hoje, com peso elevado, começam a ter doenças como diabetes e hipertensão ainda na infância. Que Sistema de Saúde comportará tantos problemas? O país precisa dessas crianças saudáveis, para ser saudável futuramente”. 

Tradição e diversidade biológica

Herbário da UFRRJ, com mais de 90 anos de fundação, investe na modernização de suas instalações e no incentivo à pesquisa.

Com cerca de 40 mil espécimes em seu acervo, o herbário da UFRRJ (conhecido internacionalmente como herbário RBR) é uma das principais instituições da área de botânica do Estado do Rio de Janeiro. Fundado em 1916, é considerado como referência em botânica agrícola, devido ao foco da universidade, em seus primórdios, quase que exclusivo nas Ciências Agrárias.

“As primeiras coleções surgiram de acordo com a demanda da instituição de armazenar material para testemunhar os trabalhos desenvolvidos na época”, explica Lana Sylvestre, professora do Instituto de Biologia e curadora do herbário. A primeira planta de registro foi a espécie *Echinodorus Macrophyllus* Kunth, conhecida popularmente como “chapéu-de-couro”. O perfil da instituição, no entanto, mudou ao longo desses 90 anos. “Os pesquisadores começaram a fazer estudos em outras áreas e, apesar de ainda abrigar muitas coleções agrícolas, o acervo do herbário está bem diversificado”, diz a curadora.

Embora não seja possível dizer com precisão o número de exemplares apontados nos tomos do herbário, já que o registro não era uma rotina, nas primeiras décadas da instituição, considera-se que o acervo tem hoje em torno de 40 mil espécimes. Além da coleção geral, a instituição inclui as coleções de plantas da Marambaia, da flora da Reserva Biológica do Tinguá, da flora do campus da UFRRJ, de Etnobotânica, de Plantas Apícolas e de tipos nomenclaturais. Segundo Lana Sylvestre, o herbário é o maior do país em representação da família Malvaceae, que reúne uma série de ervas, e também possui um grande acervo de gramíneas, que incluem os capins de modo geral (família Poaceae).

Todo este acervo está sob cuidado de uma equipe composta, além



Carpoteca e coleção de fibras têxteis

da curadora, pela vice-curadora, Eliane de Lima Jacques, pelo técnico Thiago de Azevedo Amorim e por estagiários dos cursos de graduação em Ciências Biológicas, Agronomia e Engenharia Florestal. A instituição conta também com alunos do ensino médio, selecionados por meio do Programa Jovens Talentos da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Nesse programa, os jovens realizam atividades dentro dos temas dos principais projetos do herbário, de forma bem prática. “Procuramos deixar esses alunos totalmente em contato com o material utilizado nas pesquisas. Muitos deles trabalham também em outros setores, como o de anatomia”, conta Lana Sylvestre. Ela acredita que, dessa forma, é mais fácil despertar o interesse dos jovens pela ciência. “De que adianta ele coletar a planta, montar a amostra no catálogo, sem conhecer o dia a dia do pesquisador?”, Questiona. Alguns estudan-

tes, dependendo do projeto, chegam a acompanhar os professores na ida ao campo.

Pesquisas

Atualmente, são desenvolvidos no herbário da UFRRJ estudos nas áreas de anatomia vegetal, taxonomia e levantamentos florísticos, tocados principalmente pelo Departamento de Botânica, mas também pelos institutos de Floresta e de Química. “Não somos o herbário da universidade”, ressalta a curadora. Além dos pesquisadores da própria Rural, o espaço recebe docentes de outras instituições. “O intercâmbio faz parte da rotina de um herbário. Eu, por exemplo, trabalho com samambaias. Um pesquisador da Bahia, estado com grande quantidade de samambaias, que não tenha alguém para identificar pode me mandar uma cópia do material. Eu cresço o meu acervo e ele tem a correta identifi-



Frutos pertencentes à carpoteca do herbário



Excicata com ficha de arquivo

cação”, explica a professora Lana Sylvestre.

A instituição está envolvida também, sob coordenação do Jardim Botânico do RJ, na elaboração da lista de espécies do Brasil, exigida pela Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada por mais de 150 países, incluindo o Brasil, em 1992. A relação, que deve ficar pronta até o final deste ano, toma como base as coleções científicas existentes em instituições e herbários nacionais, como o da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo é conseguir um primeiro compêndio sobre as espécies da flora e fauna existentes no país. Lana Sylvestre ressalta que os dados reunidos no herbário ajudam ainda a traçar um retrato histórico de alteração dos ecossistemas estudados. “Temos o dado histórico de que uma planta ocorreu, por exemplo, aqui em Seropédica em determinada época, e que hoje em dia não é mais encontrada”, observa.

Com relação aos investimentos públicos, a curadora afirma que hoje existem mais recursos para as coleções científicas, principalmente para sua informatização. O herbário da UFRRJ recebeu recentemente novos terminais de computador por meio do programa de Informatização dos Herbários Fluminenses, do

governo do Estado. Além disso, a instituição foi contemplada com recursos do fundo CT-Infra, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para construção de um prédio destinado a abrigar as coleções biológicas. O local ainda não foi definido, por questões de ordem administrativa, mas a ideia é que o prédio seja erguido o mais próximo possível do Instituto de Biologia e que tenha as instalações mais modernas. “Temos universidades em São Paulo que contam com mais recursos e possuem herbários totalmente modernizados. Tivemos contato com esses espaços para elaborar um projeto adequado”, diz Lana. Outra aspiração da curadora é a instalação, no herbário, de armários compactados, que ampliam o espaço para armazenamento das espécies. “Precisamos pensar na expansão do herbário. Na medida em que os projetos andam, novas plantas vão chegando, ainda mais agora que a preocupação com a biodiversidade está crescente. Temos que aproveitar o momento”, conclui a professora.

Visitação

O herbário do Instituto de Botânica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é aberto à visitação, mas, segundo Lana Sylvestre, atinge a um público muito seletivo. São, principalmente, estudantes e professores do ensino médio e alunos de graduação de instituições que não têm herbário próprio, como a Universidade Iguazu (Unig), a Universidade Estácio de Sá e o Consórcio Cederj, que oferece cursos em parceria com universidades públicas do Rio de Janeiro. Fora do âmbito acadêmico, as visitas mais comuns são de pessoas que buscam a identificação de espécies, principalmente de plantas medicinais. O acervo do herbário ainda não pode ser acessado pela internet, mas já existe um projeto para digitalização e disponibilização dos exemplares. **IB**

O herbário da UFRRJ pode ser visitado de segunda a sexta-feira, no horário de 8 às 17 horas, e contatos podem ser feitos através do e-mail: herbariorbr@ufrj.br.



Papo de roça

Atlas linguístico busca aumentar o fluxo de informações no campo, dinamizando a comunicação entre produtores rurais e técnicos

No ramo da agropecuária, a comunicação entre produtores rurais e técnicos, que em diferentes situações necessitam interagir, nem sempre é fácil. Os termos de origem popular utilizados nessa atividade são abundantes, e muitas vezes os técnicos não conseguem entender os agricultores e nem se fazer entender por eles. Para tentar melhorar esse diálogo, pesquisadores da UFRRJ elaboraram o Atlas Linguístico Rural de Pinheiral, que registra expressões populares, referentes à atividade agropecuária, utilizadas por moradores do município de Pinheiral, localizado

no Sul Fluminense. Por meio da comparação entre a linguagem técnica e a popular, a intenção é aproximá-las e melhorar a comunicação rural.

Coordenado por Luciano da Silva Alonso, professor do Instituto de Biologia da UFRRJ, o projeto do Atlas é a evolução de um trabalho desenvolvido nos municípios de Paracambi e Seropédica, no ano de 2006, junto ao Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT) da universidade, com o objetivo de divulgar o conhecimento da anatomia de animais de produção às pessoas que vivem e trabalham no meio rural.

Para facilitar o diálogo, a equipe buscou conhecer os diferentes nomes atribuídos às partes do corpo dos animais, os termos e expressões relacionados a práticas de produção de culturas vegetais e o conhecimento, por parte dos produtores rurais, sobre o corpo humano. Com o sucesso das ações realizadas naquelas cidades, os pesquisadores sentiram a necessidade de ampliar o trabalho para uma região com características de interior. “Como esses municípios (Paracambi e Seropédica) ainda estão na zona metropolitana, recebem influência muito grande do urbano. As pessoas



Equipe do projeto em atividade no campo



Bolsista do projeto entrevistando produtor rural

termos técnicos e populares, que resultaram em cerca de 200 expressões diferentes. No Atlas, estas expressões estão apresentadas em três campos temáticos: criação animal, agricultura e corpo humano.

Segundo Alonso, alguns termos se repetiram várias vezes (como “batata da bananeira”, que significa rizoma ou caule subterrâneo da bananeira, ou “remoer”, que significa ruminar), enquanto outros foram mais raros (como a expressão “candiando boi”, que significa guiar boi ou carro de boi). Os pesquisadores também observaram alguns regionalismos, em função de pessoas que vieram de outros estados. Foi o caso de um morador, nascido no Rio Grande do Sul, que usou termos desconhecidos pelos pesquisadores, como “aspas do boi”, que significa chifres ou cornos. O termo “aspa” vem do grego e, em casos como esse, o recurso foi buscar os significados das palavras no dicionário, o que mostrou que alguns termos utilizados no meio rural são palavras em desuso na língua portuguesa, mas que são transmitidas

na tradição oral a cada geração. Produzido em CD-Rom, o Atlas já está pronto e aguarda apenas o registro na Biblioteca Nacional para ser distribuído. A proposta é disponibilizá-lo gratuitamente para universidades ligadas às Ciências Agrárias e secretarias municipais e estaduais de Agricultura e de Educação. Exemplares também serão distribuídos para as propriedades rurais do município de Pinheiral. O patrocínio é do Ministério da Cultura, que aprovou o projeto em concorrência nacional.

Luciano Alonso acredita que a iniciativa pode ser ampliada para outras regiões do Rio de Janeiro, chegando até mesmo a um Atlas Linguístico do Estado. “O que a gente percebe é que é preciso mais diálogo, mais contato entre técnicos e produtores, para que as práticas de extensão e de assistência técnica sejam efetivas. Existem métodos eficazes utilizados pelos trabalhadores rurais que devem ser valorizados pela academia. E, da mesma forma, a ciência tem muito a contribuir com esses produtores”, finaliza o pesquisador. 3

vivem em propriedades consideradas rurais, mas têm um trânsito intenso nas cidades”, diz. Assim, a equipe procurou atuar na direção do Médio-Paraíba, no Sul Fluminense, e chegou a Pinheiral.

O projeto foi desenvolvido entre dezembro de 2007 e junho de 2008. A equipe constituída por seis docentes da UFRRJ, por professores do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, em Pinheiral, e por técnicos da Prefeitura Municipal de Pinheiral contou com a participação de quatro alunos bolsistas e um agente de movimento sociocultural, que interagiu junto às comunidades do município, para que o trabalho de entrevistas com produtores e moradores da área rural pudesse ser realizado. Foram levantadas as cartas lexicais (diferentes palavras usadas num dado território para expressar o mesmo conceito ou expressão) de quatro localidades rurais de Pinheiral: os bairros de Goiabal, Papagaio, Mutirão da Paz e Alberto Eira. Para cada uma dessas localidades, os pesquisadores fizeram uma lista de



Exposição científica em escola na comunidade rural

Perigo bem próximo

Com o aumento dos casos de leishmaniose no município de Seropédica, projeto da UFRRJ busca levantar informações junto aos indivíduos infectados e promover a conscientização da população



Casas dentro das matas favorece a criação do inseto e risco da doença

O Estado do Rio de Janeiro convive com uma situação endêmica de LTA - leishmaniose tegumentar americana, doença transmitida por animais, especialmente cães, e causada por parasitas do gênero *Leishmania*. No município de Seropédica, tem sido frequente a constatação dos insetos vetores da doença (dípteros flebotômíneos, conhecidos popularmente como mosquito-palha, cangalhinha, birigui ou tatuíra) e de pessoas atingidas pela enfermidade.

Entre 2004 e 2005, realizaram-se investigações em quatro áreas com ocorrência de casos humanos de leishmaniose tegumentar americana no município de Seropédica, com a coleta de vetores. No período de outubro de 2004 a setembro de 2005, foram capturados, por meio de busca manual, 2.390 exemplares pertencentes a quatro espécies: *Lutzomyia intermedia* (97,1% do total coletado), *Lutzomyia whitmani* (1,6%), *Lutzomyia migonei* (1,2%) e *Lutzomyia oswaldoi* (0,1%). O Valão

da Louça apresentou maior densidade de insetos vetores da doença, seguida pelas localidades de Km 39, Km 40 e Caçador.

Diante desse quadro é que surgiu o projeto de extensão "Conscientização da população de Seropédica sobre o risco da doença Leishmaniose e monitoramento dos vetores", coordenado pelo médico veterinário Argemiro Sanavria, professor e chefe do Departamento de Epidemiologia e Saúde Pública da Universidade Rural. As ações consis-



Exame clínico dos cães suspeitos nas áreas de riscos das Leishmaniose

tem em realizar um levantamento junto aos moradores infectados e seus animais domésticos, bem como conscientizar a população sobre os riscos da doença, induzindo a adoção de hábitos que promovam a saúde e evitem a enfermidade.

O projeto conta com a participação de bolsistas do curso de graduação em Medicina Veterinária da UFRRJ, que visitam residências para capturar os insetos vetores, cujas amostras são enviadas para diagnóstico no Departamento de Ciências Biológicas / ENSP / Fundação Oswaldo Cruz, uma das instituições parceiras. Já os indivíduos acometidos pela doença são encaminhados, caso ainda não tenham sido tratados, ao Hospital Evandro Chagas, também da Fiocruz. As residências são mapeadas com base nos registros de notificações da Secretaria Municipal de Saúde. “Nosso intuito é que, a partir desse levantamento, o Centro de Controle de Zoonoses e a Secretaria de Saúde de Seropédica possam tomar medidas quanto ao encaminhamento das pessoas en-

fermas para tratamento e também com relação aos cães doentes”, explica o coordenador.

Além do mapeamento dos casos de leishmaniose e da divulgação de material para esclarecimento da população, a equipe coordenada pelo professor Sanavria atua também na conscientização de estudantes de escolas da rede pública da região. Com esse objetivo, foram ministradas palestras no Centro de Assistência Integral à Criança Paulo Dacorso Filho (CAIC) para mais de 80 crianças e 30 adultos, além de professores e coordenadores da escola. O Colégio Estadual Presidente Dutra também recebeu a equipe do projeto, que apresentou palestras para mais de 200 alunos, professores e coordenadores. “Essas ações são de grande importância, porque esses alunos levam as informações sobre o controle da doença para suas famílias”, ressalta o coordenador.

Uma preocupação adicional quanto ao aumento dos índices de leishmaniose na região é a cons-

trução do arco rodoviário que vai ligar os municípios de Seropédica e Itaboraí. Para Argemiro Sanavria, o desmatamento de áreas próximas para construção das estradas e o trânsito de pessoas de outras regiões, que podem estar infectadas com a doença, podem piorar o quadro. “Já se constatou a presença do inseto transmissor. Existindo mais pessoas ou animais doentes, a situação pode se agravar”, avalia.

Apesar dos resultados positivos, questões políticas são apontadas pelo coordenador do projeto como uma das principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das ações. “Houve muitas mudanças na Secretaria de Saúde de Seropédica e por este motivo não foi possível reunir uma equipe envolvendo profissionais do serviço de saúde municipal”, relata o veterinário. Além disso, o volume de recursos aplicados nas ações é pequeno. O projeto conta apenas com bolsas para os estudantes, não existindo verbas específicas para cobrir custos com deslocamento, compras de armadilhas para capturas dos insetos e material de apoio ao diagnóstico.

O coordenador alerta ainda que a leishmaniose não pode ser deixada em segundo plano pelas autoridades de saúde. “O que acontece é que, na maioria das doenças, só é dada a devida importância quando já existe um grande número de pessoas infectadas. Fala-se muito em dengue, mas a leishmaniose tem ficado esquecida”, ressalta.

Saiba mais

Existem dois tipos de leishmaniose: a tegumentar ou cutânea, que causa lesões na pele, e a visceral, que afeta órgãos internos, como o fígado e o baço, e é considerada mais grave, podendo levar à morte. A doença é provocada por protozoários do gênero *Leishmania* e transmitida por insetos hematófagos (que se alimentam de sangue) flebotomíneos, conhecidos popularmente como mosquito-palha, cangalhinha, birigui ou tatuíra. O tratamento da doença deve ser acompanhado pelo serviço de saúde, para que não seja abandonado pelo paciente, pois a cura depende de sua continuidade. ¹⁹



O desafio de fazer a extensão universitária acontecer



Gilmara Rodrigues da Cunha Pereira

Especialista em Administração e Saúde Pública, Administradora, Coordenadora Administrativa do Pré-vestibular Comunitário da UFRRJ.

Extensão não se aprende com a teoria e sim na prática, fazendo. Mesmo sendo uma atividade importante para a Universidade, ainda existe muita resistência para desenvolvê-la. Ela extrapola os bancos acadêmicos para interagir com a comunidade do entorno e de regiões circunvizinhas.

Em algumas situações é ignorada, mas a partir do momento que você se envolve com ela, não consegue mais deixá-la. Para ser um extensionista tem que gostar de se relacionar-se com pessoas das mais variadas camadas sociais e com os mais variados conhecimentos. Conhecimentos estes que são indispensáveis.

Lidar com realidades jamais vistas no meio acadêmico é muito gratificante. O que é transmitido com certeza contribuirá para a formação cidadã de todos os envolvidos. Por essas e outras razões é que a extensão universitária merece o seu destaque. Situações vivenciadas na extensão levantam a discussão de questões como: qual é o nosso papel enquanto servidor técnico-administrativo, professor ou discente de uma universidade pública,

gratuita e de qualidade? Será que contribuimos para a formação de opinião e para o desenvolvimento da cidadania na comunidade local? Será que, de alguma forma, viabilizamos o acesso de pessoas que não tiveram a mesma oportunidade que tivemos? São questionamentos que merecem destaque para percebermos se estamos realmente cumprindo o nosso papel. Muitos projetos de extensão surgem com o objetivo, não só de aproximar a universidade da comunidade e sim, de suprir algumas necessidades básicas, onde ações governamentais não ocorrem de forma efetiva para a população.

Um bom exemplo é o Pré-vestibular Comunitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, institucionalizado desde 2006. As dificuldades sofridas no processo de implementação do projeto foram muitas. A equipe foi aprendendo com tentativas, acertos e erros. O resultado esperado aconteceu graças às pessoas envolvidas, que não mediram esforços para realizarem suas atividades e para que os objetivos propostos fossem alcançados.

Além da qualificação para as provas de acesso ao ensino superior, se busca ampliar a participação popular, criando um espaço de inclusão social e cidadania através do Módulo de Educação e Cidadania. Nele são discutidas questões relacionadas à cidadania e à sociedade para estimular a busca do conhecimento e seu papel emancipatório.

Os estágios oferecidos aos estudantes das licenciaturas, contribuem para qualificá-los em processos de ensino e aprendizagem voltados para a realidade popular, para a compreensão dos seus limites e carências e visando a busca de processos transformadores desta realidade.

Foram identificadas pessoas que vinham de outros estados para se inscrever no pré-vestibular, na esperança de conquistar uma vaga na Universidade Rural. A grande

maioria dos alunos presta somente o concurso vestibular para a UFRRJ que, a partir deste ano, sofreu mudança quanto à forma de ingresso, adotando a prova do ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio, como único modo de acesso ao ensino superior.

Inúmeras dificuldades são enfrentadas. Divergências de pensamentos existem, mas são de grande valia para o processo de aprendizagem, porque as pessoas envolvidas se sentem integrantes e reconhecidas, pois vivem os problemas que são enfrentados e percebem o quanto se faz para que tudo aconteça da melhor maneira possível.

Bons resultados, desta forma, são atingidos. Os percentuais de aprovação são satisfatórios, diante da realidade dos nossos alunos, até porque são pessoas carentes, que moram no entorno de Seropédica e que vêem no Pré-vestibular a possibilidade de acesso e inclusão social. Temos casos de alunos do pré-vestibular que hoje são monitores. O que é muito gratificante.

Em trabalhos apresentados no III e IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, verificou-se que, em média, 50% dos monitores do Pré-Vestibular Comunitário são também oriundos de Pré-vestibulares Comunitários. Constatou-se também que, diante de um cenário onde a expectativa de vida das pessoas tem se ampliado e mudanças econômicas e sociais passam a afetar de forma mais rápida e intensa o nosso cotidiano, o crescimento do número de pessoas com idade superior a 30 anos que freqüentam o Pré-vestibular Comunitário expressa uma face peculiar.

Isto revela a procura pela ampliação de conhecimentos por um segmento etário que antes não o fazia e que tem no Pré-Vestibular uma porta de entrada para esse desafio. A extensão está acontecendo e crescendo significativamente. E só depende de nós para colhermos cada vez mais frutos.



Instituto de Veterinária

Nosso saber está na natureza.

